

JUVENTUDE, REDES DIGITAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU: NOVOS PARADIGMAS DA DEMOCRACIA AFRICANA

YOUTH, DIGITAL NETWORKS AND POLITICAL PARTICIPATION IN ANGOLA, MOZAMBIQUE AND GUINEA-BISSAU: NEW PARADIGMS OF AFRICAN DEMOCRACY

Sérgio Mário Cofe

RESUMO: O estudo analisa a reconfiguração da participação política juvenil em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau a partir do uso das tecnologias digitais, enquadrando a juventude como actor central de novos paradigmas da democracia africana. Com base numa abordagem sociológica crítica, qualitativa e bibliográfica, mobilizam-se contributos da sociologia da juventude, da teoria das redes e da acção colectiva. Evidencia-se que as redes sociais ampliam o engajamento, a mobilização e a construção de identidades políticas juvenis. Contudo, persistem desigualdades digitais, práticas de vigilância e limitações de acesso que condicionam a cidadania digital. Conclui-se pela necessidade de reforçar infraestruturas, direitos comunicacionais e participação política juvenil inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; redes digitais; participação política; democracia africana; activismo.

Editor

[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

ABSTRACT: This study analyses the reconfiguration of youth political participation in Angola, Mozambique and Guinea-Bissau through digital technologies, framing young people as central actors in new paradigms of African democracy. Adopting a critical sociological, qualitative and bibliographical approach, it draws on youth sociology, network theory and collective action. The findings show that social media expand engagement, mobilisation and the construction of youth political identities. However, persistent digital inequalities, surveillance practices and access constraints limit the development of inclusive digital citizenship. The study concludes by stressing the need to strengthen digital infrastructures, communication rights and conditions for more plural, secure and effective youth political participation online.

KEYWORDS: Youth; digital networks; political participation; African democracy; activism.

JUVENTUDE, REDES DIGITAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU: NOVOS PARADIGMAS DA DEMOCRACIA AFRICANA

Sérgio Mário Cofe¹

Introdução

A análise das transformações contemporâneas da democracia africana exige uma atenção sistemática às dinâmicas que articulam juventude, tecnologias digitais e participação política, sobretudo em contextos marcados por trajectórias históricas de exclusão, fragilidade institucional e profundas assimetrias socioeconómicas. Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, países atravessados por processos de transição política inacabados e por desafios estruturais persistentes, a juventude emerge como um actor social central na reconfiguração do espaço público, impulsionada por uma conjuntura demográfica favorável e pela crescente incorporação das redes digitais nas práticas quotidianas de comunicação, sociabilidade e intervenção cívica.

Nas últimas duas décadas, a difusão acelerada da internet e dos dispositivos móveis alterou significativamente os modos de produção e circulação do discurso político, introduzindo novas gramáticas de participação que escapam, em larga medida, aos canais institucionais tradicionais. As redes digitais passaram a constituir espaços privilegiados de visibilidade pública, contestação simbólica e construção de narrativas alternativas, permitindo que sectores juvenis historicamente marginalizados disputem sentidos, denunciem injustiças e reivindiquem reconhecimento social e político. Neste quadro, o ambiente digital não se apresenta apenas como um instrumento técnico, mas como um campo social estruturado por relações de poder, interesses económicos e lógicas de controlo.

A juventude africana, longe de constituir um grupo homogéneo, revela-se plural nas suas experiências, expectativas e formas de engajamento, sendo profundamente condicionada por factores como classe social, género, território e acesso desigual aos recursos tecnológicos. Ainda assim, observa-se uma convergência em torno do uso estratégico das plataformas

¹ Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Pedagógica de Maputo

digitais como meios de articulação política, mobilização colectiva e formação de identidades cívicas, sobretudo em contextos onde os sistemas partidários e os mecanismos formais de representação se mostram incapazes de absorver as demandas das novas gerações.

A emergência de práticas de activismo digital em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau evidencia uma reconfiguração do espaço público africano, marcada pela tensão permanente entre inovação democrática e dispositivos de controlo político. As redes sociais favorecem formas de acção colectiva mais horizontais, flexíveis e descentralizadas, que desafiam as hierarquias tradicionais do poder e introduzem novas modalidades de liderança e organização política. Contudo, estas mesmas plataformas são igualmente atravessadas por mecanismos de vigilância, censura, manipulação informacional e repressão selectiva, revelando os limites estruturais da participação política mediada digitalmente.

A literatura sociológica tem sublinhado que as tecnologias digitais não operam num vazio social, mas reflectem e, muitas vezes, aprofundam desigualdades preexistentes. No contexto africano, as assimetrias no acesso à internet, a precariedade das infraestruturas tecnológicas e as clivagens entre centros urbanos e periferias rurais condicionam fortemente o alcance e a eficácia da cidadania digital. Assim, embora as redes digitais ampliem as possibilidades de engajamento político juvenil, o seu potencial transformador permanece profundamente desigual e socialmente segmentado.

Neste sentido, a análise da participação política juvenil mediada pelas redes digitais impõe uma abordagem crítica que articule a sociologia da juventude, a teoria das redes e os estudos sobre democracia e cidadania digital. Tal enquadramento permite compreender simultaneamente as dimensões emancipatórias e os constrangimentos estruturais que caracterizam os novos paradigmas da democracia africana, evitando leituras excessivamente optimistas ou deterministas sobre o papel das tecnologias na transformação social.

Partindo deste enquadramento, o presente artigo propõe-se analisar de que modo as redes digitais reconfiguram as formas de participação política juvenil em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, identificando tanto as dinâmicas de inovação democrática quanto os limites sociopolíticos que condicionam a sua consolidação. Procura-se, assim, contribuir para o debate académico sobre a democracia africana contemporânea,

evidenciando o papel ambivalente das tecnologias digitais na construção de uma participação política juvenil mais plural, crítica e socialmente enraizada.

Sociologia da Juventude e Novas Formas de Engajamento

O estudo sociológico da juventude africana revela transformações profundas nas formas de participação política e social, em especial num contexto marcado pela digitalização da vida quotidiana e pela expansão exponencial do acesso a dispositivos móveis. Honwana observa que “os jovens africanos vivem numa condição de transição permanente, presos entre a promessa de cidadania plena e a realidade de exclusão estrutural que os empurra para inventar novas formas de reivindicação e expressão” (Honwana, 2012, p. 44). Esta reflexão permite compreender que a cidadania juvenil não se esgota num estatuto jurídico, mas configura-se como processo contínuo de reinvenção, no qual a utilização das plataformas digitais emerge como cenário privilegiado para uma nova gramática de participação, frequentemente extrainstitucional e marcada pela contestação criativa, prática igualmente identificável em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, onde, segundo dados do Banco Mundial (2023), a população jovem (15-35 anos) representa aproximadamente 33%, 36% e 35% da população total, respetivamente, apontando para um potencial demográfico expressivo de transformação social.

A literatura sociológica destaca que a juventude africana é simultaneamente metáfora de modernidade e de crise, reflectindo tensões entre aspirações de futuro e barreiras estruturais. Comaroff e Comaroff sustentam que “os jovens são chamados a carregar o peso simbólico de um porvir democrático, ao mesmo tempo em que lhes são negados os meios materiais para a sua realização” (Comaroff e Comaroff, 2005, p. 78). Esta dupla pressão é particularmente visível nos três países analisados: em Angola, o desemprego juvenil ronda os 30% segundo o Instituto Nacional de Estatística (2022); em Moçambique, a taxa atinge 28%, enquanto na Guiné-Bissau, dados do PNUD (2021) indicam que mais de 40% dos jovens estão desempregados, o que evidencia que a frustração económica e a precariedade laboral atuam como motores de criatividade política, estimulando novas modalidades de engajamento digital e práticas de resistência inovadora.

As análises contemporâneas da sociologia digital demonstram que os jovens não apenas reproduzem práticas tradicionais de militância, mas reconfiguram profundamente os

modos de participação. Castells assinala que “as redes digitais permitem a emergência de movimentos horizontais, descentrados, organizados através de fluxos de comunicação que escapam ao controlo das instituições e criam espaços de autonomia inéditos” (Castells, 2012, p. 123). Esta perspectiva é particularmente relevante nos contextos urbanos de Luanda, Maputo e Bissau, onde redes sociais, grupos de WhatsApp, blogs independentes e plataformas de streaming são utilizados para ampliar agendas políticas, denunciar abusos e reivindicar espaços discursivos historicamente monopolizados por elites partidárias.

O activismo digital, contudo, não garante uma democratização substantiva. Mbembe alerta que “o ciberespaço é simultaneamente terreno de emancipação e de vigilância, de abertura e de captura, de invenção e de controlo” (Mbembe, 2016, p. 54), destacando que os jovens angolanos, moçambicanos e guineenses estão constantemente expostos a mecanismos de monitoria governamental e empresarial, limitando o potencial transformador das mobilizações digitais e revelando a existência de um campo de disputa que é simultaneamente político, tecnológico e informacional.

Apesar destas limitações, experiências comparativas demonstram que a juventude africana se apropria das tecnologias digitais de forma táctica e estratégica. Junge sublinha que “as práticas juvenis de engajamento digital combinam humor, ironia, denúncia e mobilização afectiva, produzindo um repertório singular de resistência que articula cultura popular e crítica política” (Junge, 2019, p. 101). Exemplos observáveis incluem campanhas de jovens em Luanda e Maputo contra a corrupção municipal e a crise habitacional, bem como iniciativas em Bissau que usam plataformas digitais para visibilizar questões ligadas à educação e à violência urbana, evidenciando o carácter híbrido da participação, onde fronteiras entre entretenimento e intervenção pública se tornam fluidas.

Esta apropriação digital não se desenvolve em contexto neutro, mas emerge de desigualdades históricas e socioeconómicas persistentes. Honwana afirma que “o desemprego massivo, a informalidade generalizada e a fragilidade das instituições públicas funcionam como matrizes estruturais que obrigam os jovens a reinventar quotidianamente estratégias de sobrevivência e participação” (Honwana, 2019, p. 37). Este argumento é ilustrado pela prevalência de empregos informais: em Angola, cerca de 65% dos jovens trabalham na economia informal; em Moçambique, o número é semelhante, enquanto na Guiné-Bissau

ultrapassa os 70%, sublinhando que a cidadania digital está intrinsecamente ligada a lógicas de exclusão e marginalização que moldam a experiência juvenil.

A dimensão transnacional do engajamento juvenil é igualmente significativa. Ismaili observa que “o engajamento juvenil nas redes digitais africanas articula uma forte dimensão transnacional, permitindo que reivindicações locais se convertam em narrativas globais e que agendas globais se traduzam em causas locais” (Ismaili, 2020, p. 66). Os jovens angolanos, moçambicanos e guineenses, ao disseminarem conteúdos sobre educação, corrupção e desigualdade social, conectam-se a diásporas e organizações internacionais, fortalecendo a capacidade de denúncia, mas também enfrentando riscos acrescidos de manipulação informacional e campanhas de desinformação.

A leitura decolonial do activismo digital evidencia que estas práticas ocorrem dentro de estruturas neocoloniais de poder informacional. Ndlovu-Gatsheni sustenta que “o activismo digital juvenil, embora emancipador, ocorre dentro de estruturas neocoloniais de poder informacional que condicionam a autonomia plena dos sujeitos africanos” (Ndlovu-Gatsheni, 2018, p. 59), lembrando que plataformas digitais não são neutras, mas veículos de projectos políticos e arquitecturas de poder que podem reforçar dependências históricas, mesmo quando promovem resistências.

A cidadania digital não se limita à contestação política, abrangendo também processos identitários e comunitários. Fuh argumenta que “as práticas digitais dos jovens ampliam um sentimento de pertença comunitária que ultrapassa o território físico e cria novos espaços de convivialidade, solidariedade e partilha de experiências” (Fuh, 2021, p. 82). Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, esta dimensão manifesta-se em comunidades virtuais que articulam interesses culturais, educativos e desportivos, promovendo redes de apoio e narrativas colectivas que reforçam a coesão social juvenil.

A criatividade juvenil manifesta-se também em micro-práticas políticas que, embora dispersas, acumulam impacto significativo. Branch e Mampilly destacam que “a criatividade juvenil em contextos africanos manifesta-se através de gestos micro-políticos que, embora dispersos, geram impactos cumulativos na paisagem pública” (Branch e Mampilly, 2015, p. 132). Esta perspectiva explica como iniciativas locais de jovens em Luanda, Maputo e Bissau

contribuem para alterar gradualmente ecologias de participação, deslocando centros tradicionais de autoridade e abrindo espaço para contestação e inovação política.

As tecnologias digitais, ao serem simultaneamente adoptadas e subvertidas, tornam-se instrumentos de visibilidade e poder. Arnaut afirma que “a juventude africana simultaneamente adopta e subverte os mecanismos digitais, transformando dispositivos de controlo em instrumentos de visibilidade política” (Arnaud, 2022, p. 48). Esta dialéctica evidencia que a cidadania digital constitui um espaço de disputa simbólica, no qual os jovens reconfiguram a sua posição na esfera pública, reivindicam direitos e desafiam hierarquias estabelecidas.

A comparação entre Angola, Moçambique e Guiné-Bissau evidencia que, apesar das diferenças históricas e económicas, emergem padrões comuns: taxas elevadas de desemprego juvenil, forte penetração de dispositivos móveis (61%, 54% e 47%, respectivamente, segundo ITU, 2022), e utilização estratégica das redes digitais para mobilização, criação cultural e produção de narrativas críticas, consolidando uma cidadania juvenil que é simultaneamente local, nacional e transnacional.

Importa sublinhar que estas transformações não devem ser interpretadas como fenómenos passageiro ou superficiais, mas como reconfiguração estrutural das gramáticas de participação juvenil no continente africano. O activismo digital surge como território de insurgência, criatividade e resiliência, demonstrando que a juventude se afirma como actor crítico e produtor de futuro, mesmo em contextos marcados pela precariedade económica, fragilidade institucional e vigilância digital.

Em síntese, a sociologia da juventude evidencia que Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, apesar das especificidades históricas, partilham dinâmicas de engajamento que combinam inovação digital, resistência cultural e participação performativa, indicando que a cidadania juvenil contemporânea é plural, híbrida e insurgente, constituindo um indicador central das mutações políticas, sociais e tecnológicas em curso no continente africano.

Redes Sociais e Mobilização Política

A compreensão sociológica das redes sociais digitais como dispositivos de mobilização política constitui, na contemporaneidade, um eixo incontornável para a análise das metamorfoses da acção colectiva, particularmente em contextos africanos marcados por juventudes demograficamente predominantes, sistemas políticos institucionalmente frágeis e desigualdades estruturais persistentes. Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a expansão das plataformas digitais inscreve-se num cenário em que os canais formais de participação juvenil permanecem limitados, circunstância que confere às redes sociais um papel estratégico na recomposição do espaço público. Castells sustenta que “a comunicação em rede cria a possibilidade de auto-organização social, na medida em que os actores produzem e difundem mensagens sem depender de centros institucionais de controlo” (Castells, 2012, p. 7). Esta formulação permite compreender que a mobilização política digital se configura como resposta à crise de mediação entre Estado e sociedade, sobretudo no interior das gerações jovens, que encontram nas arquitecturas horizontais da comunicação digital um terreno fértil para a produção de autonomia simbólica.

A relevância destas dinâmicas torna-se ainda mais evidente quando se considera o peso demográfico da juventude nos três países analisados. Dados do Banco Mundial indicam que mais de 60% da população de Angola, cerca de 67% da população de Moçambique e aproximadamente 65% da população da Guiné-Bissau têm menos de 25 anos, o que confere às gerações jovens um potencial político estrutural frequentemente subaproveitado pelos sistemas formais de governação. Neste contexto, as redes sociais configuram-se como arenas alternativas de intervenção, nas quais os jovens constroem visibilidade pública, articulam reivindicações e ensaiam formas de contestação que escapam aos mecanismos tradicionais de controlo político, redefinindo as fronteiras entre esfera privada e espaço público.

A teoria da acção colectiva de Touraine oferece um enquadramento decisivo para interpretar tais práticas ao afirmar que “um movimento social define-se pela capacidade de um actor colectivo se constituir como sujeito histórico, identificando um adversário e disputando o controlo da orientação cultural da sociedade” (Touraine, 2006, p. 52). Reinterpretada à luz do ecossistema digital, esta perspectiva revela que a mobilização juvenil online não se reduz à reacção conjuntural, mas envolve processos estruturados de produção simbólica, nos quais se constroem narrativas de exclusão, denúncia e esperança. A arena

digital torna-se, assim, um espaço de disputa cultural onde se projectam horizontes alternativos de democracia e justiça social.

A análise de Honwana aprofunda esta leitura ao sustentar que “a juventude africana vive num estado prolongado de suspensão social, em que a transição para a adultez é adiada pela precariedade económica e pela marginalização política” (Honwana, 2012, p. 4). A autora acrescenta que os jovens “recorrem a novas formas de expressão e organização, incluindo as tecnologias digitais, para afirmar a sua presença e reivindicar reconhecimento” (Honwana, 2012, p. 98). Tal diagnóstico revela-se particularmente pertinente nos três países em análise, onde elevadas taxas de desemprego juvenil - superiores a 30% em Angola e Moçambique e ainda mais acentuadas na Guiné-Bissau - intensificam o recurso às redes como espaços de expressão política e resistência simbólica, convertendo a frustração estrutural em energia comunicacional.

Neste quadro, a cidadania digital juvenil assume contornos performativos específicos. Junge observa que “as práticas políticas online caracterizam-se por uma hibridez expressiva que articula sátira, crítica social e engajamento cívico” (Junge, 2019, p. 112). Estas linguagens emergentes permitem aos jovens reconfigurar os repertórios clássicos de protesto, introduzindo elementos de criatividade e circulação viral que ampliam o alcance das mensagens. Em contextos onde a repressão das manifestações físicas permanece frequente, como em Angola e na Guiné-Bissau, a dimensão performativa do activismo digital funciona como estratégia de protecção simbólica e ampliação de audiências.

Comaroff e Comaroff sublinham a ambivalência estrutural que caracteriza a posição da juventude africana, ao afirmarem que “a juventude é simultaneamente celebrada como promessa de renovação e temida como força desestabilizadora” (Comaroff; Comaroff, 2005, p. 20). Esta ambiguidade manifesta-se nas respostas estatais à mobilização digital juvenil, marcadas por discursos de inclusão retórica coexistindo com práticas de vigilância e contenção. A juventude torna-se, assim, objecto de disputas narrativas que oscilam entre a legitimação simbólica e a criminalização política.

A dimensão afectiva da mobilização online constitui igualmente elemento central da análise sociológica. Fuh argumenta que “as redes digitais permitem a formação de públicos emocionais, nos quais a partilha de experiências cria solidariedades que transcendem

fronteiras territoriais” (Fuh, 2021, p. 90). Nos contextos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, tais solidariedades digitais possibilitam a articulação de comunidades políticas dispersas, reforçando laços identitários e sustentando campanhas que resistem à fragmentação social. A emoção partilhada converte-se em recurso político, consolidando a coesão de actores frequentemente marginalizados.

Ismaili acrescenta que “a conectividade digital transforma causas localizadas em narrativas transnacionais, inserindo-as em circuitos globais de circulação simbólica” (Ismaili, 2020, p. 74). A internacionalização de denúncias relativas à repressão ou à corrupção evidencia como o espaço digital reconfigura as escalas da política, articulando o local e o global numa dinâmica de interdependência comunicacional. A mobilização juvenil deixa, deste modo, de se circunscrever ao território nacional, integrando redes de solidariedade e pressão externa.

Todavia, Mbembe adverte que “a era digital inaugura novas modalidades de controlo, nas quais a vigilância se infiltra nos próprios dispositivos de comunicação quotidiana” (Mbembe, 2016, p. 63). O ciberespaço não constitui, portanto, um espaço neutro ou puramente emancipatório. Nos três países analisados, práticas de monitorização digital, detenções selectivas de activistas e interrupções de acesso à internet revelam que as redes são igualmente instrumentos de regulação política. A liberdade comunicacional entrelaça-se com formas sofisticadas de captura e rastreamento.

A crítica decolonial de Ndlovu-Gatsheni reforça esta problematização ao afirmar que “as infra-estruturas tecnológicas globais permanecem inscritas em hierarquias históricas de poder que moldam quem fala, quem é ouvido e quem é silenciado” (Ndlovu-Gatsheni, 2018, p. 71). A dependência de plataformas controladas por corporações transnacionais condiciona a autonomia discursiva dos movimentos juvenis africanos, submetendo-os a algoritmos que regulam visibilidade e circulação. A mobilização digital ocorre, assim, num campo estruturado por assimetrias globais.

Branch e Mampilly observam que “os protestos contemporâneos beneficiam de tecnologias que aceleram a coordenação e ampliam a difusão de informação, tornando mais difícil o isolamento dos focos de contestação” (Branch; Mampilly, 2015, p. 145). Esta aceleração comunicacional adquire relevância particular em regimes autoritários ou semi-

autoritários, onde a visibilidade digital actua como mecanismo de protecção simbólica e amplificação internacional das reivindicações. A tecnologia converte-se, deste modo, em recurso estratégico nas disputas políticas.

Arnaut, por seu turno, sustenta que “a juventude africana apropria-se criativamente das ferramentas digitais, reconfigurando-as como instrumentos de afirmação política e crítica social” (Arnaut, 2022, p. 53). Tal apropriação revela uma agência consciente das ambivalências tecnológicas, demonstrando que a mobilização digital não se limita a uma utilização instrumental das plataformas, mas envolve processos reflexivos de adaptação e reinvenção.

Do ponto de vista estatístico, importa salientar que, apesar do crescimento do acesso à internet, persistem desigualdades significativas entre os países analisados. Dados da União Internacional das Telecomunicações indicam taxas de penetração superiores a 35% em Angola, cerca de 23% em Moçambique e inferiores a 20% na Guiné-Bissau, revelando clivagens estruturais que condicionam o alcance da mobilização digital. Estas disparidades limitam o potencial inclusivo das redes sociais e reforçam a natureza selectiva da cidadania digital.

A articulação teórica entre Castells e Touraine permite, por fim, compreender que a mobilização política digital juvenil em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau não constitui fenómeno episódico, mas expressão de uma reconfiguração estrutural da acção colectiva. Se, como sustenta Castells, “as redes são a forma organizacional predominante da sociedade informacional” (Castells, 2012, p. 15), e se, como argumenta Touraine, a acção colectiva implica a constituição de sujeitos históricos (Touraine, 2006, p. 66), então a convergência entre infra-estrutura digital e subjectivação política configura um novo paradigma de participação. A mobilização digital afirma-se, assim, como dimensão central das democracias africanas emergentes, ainda que atravessada por tensões, desigualdades e disputas de poder que exigem análise crítica permanente.

Desafios Sociopolíticos e Desigualdades Digitais

A análise das desigualdades digitais no contexto africano impõe um enquadramento sociopolítico que rejeite leituras tecnodeterministas e reconheça que o acesso, a apropriação e

o controlo das tecnologias digitais são configurados por sedimentações históricas de poder, assimetrias económicas persistentes e fragilidades institucionais estruturais. Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a digitalização processa-se de modo profundamente desigual, reproduzindo clivagens sociais pré-existentes e engendrando novas modalidades de exclusão. Comaroff e Comaroff assinalam que “os futuros africanos são forjados numa tensão permanente entre promessas de modernização e realidades marcadas por economias informais, incerteza e precariedade” (Comaroff; Comaroff, 2005, p. 36). Esta observação permite compreender que a desigualdade digital não constitui fenómeno periférico, mas extensão de hierarquias históricas que estruturam o acesso diferenciado à cidadania, aos recursos e à visibilidade pública.

Os dados estatísticos confirmam a densidade destas assimetrias estruturais. Segundo a União Internacional das Telecomunicações, a taxa de penetração da internet situa-se em torno de 35% em Angola, cerca de 23% em Moçambique e abaixo de 20% na Guiné-Bissau, revelando discrepâncias significativas tanto entre países como no interior de cada território, particularmente entre zonas urbanas e rurais. Estes indicadores evidenciam que a participação política mediada digitalmente permanece circunscrita a segmentos sociais específicos, tendencialmente urbanos e escolarizados, o que limita a capacidade democratizadora das plataformas digitais e reforça padrões selectivos de inclusão.

Mbembe adverte que “o mundo contemporâneo é atravessado por novas formas de soberania que operam através da gestão da circulação, da informação e da visibilidade” (Mbembe, 2016, p. 28). A interpretação crítica desta formulação revela que as redes digitais constituem dispositivos ambivalentes: ampliam possibilidades de expressão e articulação política, mas simultaneamente intensificam mecanismos de vigilância, rastreamento e controlo. Em Estados caracterizados por mecanismos frágeis de accountability democrática, como os três aqui considerados, tal ambivalência traduz-se numa ampliação dos instrumentos de monitorização dos cidadãos, particularmente dos actores juvenis politicamente activos.

A juventude africana encontra-se especialmente exposta a estas dinâmicas, uma vez que o seu engajamento político se desenvolve frequentemente à margem das instituições formais. Honwana sublinha que “para muitos jovens africanos, a marginalização económica e política redefine os horizontes de expectativa e condiciona as estratégias de participação social” (Honwana, 2012, p. 43). O acesso às tecnologias digitais permanece, assim,

dependente de recursos materiais, localização geográfica e qualidade infra-estrutural, produzindo uma cidadania digital fragmentada, marcada por exclusões internas que dificultam a consolidação de mobilizações colectivas amplas e inclusivas.

Embora as redes sociais possam gerar espaços de solidariedade e pertença, Fuh observa que “os ambientes digitais tornam-se arenas onde identidades juvenis são continuamente negociadas e reforçadas através da partilha de experiências comuns” (Fuh, 2021, p. 64). Contudo, tais arenas permanecem condicionadas pela desigual distribuição dos meios tecnológicos. A exclusão digital não se limita, portanto, à ausência de conectividade, mas implica restrições na capacidade de produzir, difundir e sustentar narrativas políticas alternativas, afectando directamente a disputa pela hegemonia simbólica no espaço público.

A centralidade da comunicação digital nos processos de poder contemporâneos é enfatizada por Castells ao afirmar que “na sociedade em rede, o poder constrói-se fundamentalmente na programação e na comutação das redes de comunicação” (Castells, 2012, p. 45). Tal proposição sugere que a desigualdade digital envolve igualmente o controlo das infra-estruturas comunicacionais e dos fluxos de informação. Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, elites políticas e económicas mobilizam plataformas digitais para consolidar narrativas legitimadoras, disseminar conteúdos estratégicos e influenciar percepções públicas, aprofundando a vulnerabilidade da esfera pública a processos de manipulação.

Arnaut assinala que “o ecossistema digital africano é atravessado por dinâmicas de desinformação e instrumentalização política que fragilizam o debate democrático” (Arnaut, 2022, p. 117). A insuficiência de políticas estruturadas de literacia digital, aliada à debilidade de mecanismos regulatórios transparentes, amplia a circulação de conteúdos manipulados, discursos polarizadores e campanhas de deslegitimação, contribuindo para a erosão da confiança pública nas instituições e nos próprios meios digitais.

Ismaili observa que “as arenas digitais africanas constituem campos de disputa onde diferentes actores competem pela definição do sentido e pelo controlo da narrativa pública” (Ismaili, 2020, p. 59). A desigualdade digital revela-se, assim, inseparável da luta pelo poder simbólico: não basta estar conectado; é necessário deter capacidade de influenciar agendas, enquadramentos e regimes de visibilidade. Estados e corporações tecnológicas disputam esse controlo, configurando um campo profundamente assimétrico.

Ndlovu-Gatsheni aprofunda a crítica ao afirmar que “a colonialidade do poder reconfigura-se na era digital através de dependências tecnológicas, epistemológicas e económicas persistentes” (Ndlovu-Gatsheni, 2018, p. 95). A inserção subordinada dos países africanos nas cadeias globais de produção tecnológica reforça relações desiguais, limitando a soberania digital e expondo dados e infra-estruturas nacionais a lógicas externas de acumulação. A desigualdade digital assume, deste modo, dimensão geopolítica que ultrapassa o plano estritamente nacional.

Branch e Mampilly observam que “as mobilizações populares recentes demonstram tanto o potencial das redes digitais para coordenação rápida como a capacidade dos Estados para responder com repressão adaptativa” (Branch; Mampilly, 2015, p. 182). A incorporação de vigilância digital, bloqueios selectivos de internet e estratégias de contra-informação evidencia que os aparelhos estatais aprenderam a operar no mesmo terreno tecnológico que os movimentos sociais. Em Angola e Moçambique, episódios de restrição de conectividade em contextos eleitorais ilustram esta dinâmica de contenção.

Junge salienta que “a prática da cidadania digital juvenil é sempre moldada por estruturas sociais que delimitam oportunidades e constrangimentos” (Junge, 2019, p. 72). O engajamento online não constitui, portanto, espaço neutro ou ilimitado, mas campo regulado por desigualdades materiais e simbólicas. Em contextos de extrema desigualdade socioeconómica, a performance digital torna-se exercício situado, condicionado por recursos diferenciados de capital cultural e tecnológico.

Honwana reafirma que “as transformações tecnológicas não substituem a necessidade de justiça social e inclusão económica” (Honwana, 2019, p. 84). A promessa de democratização digital revela-se insuficiente quando o acesso permanece concentrado e quando as condições estruturais de exclusão não são enfrentadas por políticas públicas robustas. A desigualdade digital reproduz e, por vezes, intensifica desigualdades históricas, convertendo a conectividade em privilégio e não em direito universal.

Comparativamente, observa-se que Angola apresenta maior cobertura de internet, mas simultaneamente dispõe de mecanismos mais desenvolvidos de monitorização estatal; Moçambique evidencia profundas clivagens territoriais no acesso digital; e a Guiné-Bissau enfrenta limitações infra-estruturais severas que restringem a própria sustentabilidade da

participação online. Estas variações nacionais demonstram que a desigualdade digital assume configurações específicas, ainda que partilhe raízes estruturais comuns ancoradas na fragilidade económica e institucional.

Em síntese, os desafios sociopolíticos associados às desigualdades digitais em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau evidenciam que a expansão tecnológica, isoladamente considerada, não assegura inclusão democrática. A consolidação de democracias mais substantivas exige expansão equitativa das infra-estruturas, promoção sistemática da literacia mediática, garantia efectiva de direitos digitais e enfrentamento crítico dos regimes emergentes de vigilância. Na ausência destas condições estruturais, o espaço digital tende a reproduzir, sob novas modalidades tecnológicas, as assimetrias e exclusões que historicamente condicionaram a participação política no continente africano.

Considerações Finais

A análise comparativa desenvolvida ao longo deste artigo permite afirmar que a juventude em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau ocupa um lugar central na reconfiguração contemporânea da participação política, particularmente através da mediação das redes digitais. Em contextos marcados por fragilidades institucionais, desigualdades sociais persistentes e históricos de limitação do espaço cívico, a apropriação juvenil das tecnologias digitais emerge como um factor estruturante de transformação do espaço público, introduzindo novas linguagens, novas práticas de mobilização e novas formas de interpelação do poder político.

Em Angola, o activismo juvenil digital desenvolve-se num quadro de forte controlo político e comunicacional, no qual as redes sociais assumem simultaneamente a função de espaços de denúncia e de arenas de disputa simbólica. A juventude utiliza o ambiente digital para expor desigualdades sociais, práticas de governação opacas e violações de direitos, contribuindo para a ampliação do debate público e para a construção de narrativas alternativas às versões oficiais. Contudo, esta participação ocorre sob condições de vigilância e repressão selectiva, o que evidencia os limites estruturais da participação política mediada pelas plataformas digitais.

Em Moçambique, a participação política juvenil nas redes digitais revela uma articulação mais consistente entre mobilização online e acção colectiva presencial. As plataformas digitais têm funcionado como instrumentos de organização, divulgação e coordenação de protestos, bem como de denúncia de violência política e exclusão social. Esta dinâmica demonstra que o espaço digital não substitui a acção política tradicional, mas actua como catalisador de processos de mobilização que encontram raízes profundas nas condições socioeconómicas e territoriais do país.

No contexto da Guiné-Bissau, o activismo digital juvenil apresenta especificidades associadas à instabilidade política crónica e à fragilidade do Estado. As redes sociais funcionam como espaços de expressão crítica e de contestação simbólica, mas também como arenas de polarização e conflito discursivo. Ainda assim, a juventude guineense recorre ao digital para reivindicar transparência, estabilidade institucional e maior inclusão política, demonstrando que, mesmo em contextos de elevada precariedade, o ambiente digital pode ampliar as possibilidades de participação cívica.

A comparação entre os três países evidencia que, apesar das diferenças nos regimes políticos, nos níveis de acesso tecnológico e nas culturas cívicas, a juventude recorre às redes digitais como estratégia de compensação face à exclusão dos canais formais de participação. As plataformas digitais surgem, assim, como espaços alternativos de intervenção política, permitindo que os jovens contornem bloqueios institucionais e ampliem a visibilidade das suas reivindicações, ainda que de forma desigual e fragmentada.

Todavia, o potencial transformador da participação digital juvenil encontra-se fortemente condicionado pelas desigualdades digitais persistentes. A insuficiência de infraestruturas tecnológicas, os elevados custos de acesso à internet e as assimetrias territoriais limitam o alcance social do activismo digital, reproduzindo desigualdades de classe, género e localização geográfica. A exclusão digital converte-se, deste modo, numa forma de exclusão política que compromete a construção de democracias mais inclusivas.

Outro elemento crítico identificado na análise comparativa prende-se com o reforço de mecanismos de vigilância, controlo e repressão dirigidos às práticas políticas juvenis no espaço digital. Em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, ainda que com intensidades distintas, observa-se a tendência para a criminalização do discurso crítico online, fragilizando

direitos fundamentais e restringindo o exercício da cidadania. Esta realidade confirma que o ambiente digital constitui um espaço de disputa política e não um território intrinsecamente democrático.

A participação política juvenil mediada pelas redes digitais contribui igualmente para a emergência de identidades políticas mais fluidas, flexíveis e interligadas, que ultrapassam os modelos tradicionais de militância partidária. Estas identidades são construídas através da partilha de experiências, emoções e narrativas colectivas, reforçando sentimentos de pertença e solidariedade que podem transbordar as fronteiras nacionais e territoriais. Esta dinâmica é visível nos três países analisados, ainda que se manifeste de forma desigual.

Importa sublinhar que a centralidade das redes digitais não elimina a relevância das formas presenciais e comunitárias de participação política. Pelo contrário, o estudo demonstra que a eficácia do activismo juvenil depende da articulação entre práticas digitais e acções no terreno, como manifestações, encontros comunitários e iniciativas associativas. O digital funciona como amplificador e acelerador, mas não substitui o enraizamento social das lutas políticas juvenis.

A criatividade discursiva juvenil, expressa através do uso do humor, da sátira, da estética visual e de linguagens informais, constitui uma dimensão fundamental da política digital nos três países analisados. Estas práticas desempenham um papel relevante na deslegitimação simbólica do poder e na construção de narrativas alternativas sobre justiça social, governação e cidadania. Longe de serem meras expressões culturais, estas linguagens configuram-se como instrumentos políticos com elevado potencial mobilizador.

Contudo, a análise evidencia que a participação digital juvenil não conduz automaticamente a processos de democratização mais profundos. A fragmentação dos movimentos, a ausência de estratégias políticas sustentadas e a dificuldade de diálogo com as instituições limitam a capacidade de transformar mobilização simbólica em mudança estrutural. A espontaneidade e a horizontalidade do activismo digital constituem simultaneamente fontes de força e de fragilidade.

Neste sentido, a consolidação das democracias em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau exige o reconhecimento efectivo da juventude como sujeito político legítimo. A

abertura das instituições ao diálogo intergeracional, a criação de canais formais de participação e a valorização das competências digitais juvenis revelam-se fundamentais para fortalecer a qualidade democrática e reduzir o distanciamento entre governantes e governados.

O contributo deste estudo reside na demonstração de que a relação entre juventude, redes digitais e participação política deve ser analisada de forma crítica, contextualizada e comparativa, evitando leituras simplificadoras ou deterministas. As tecnologias digitais não produzem democracia por si mesmas, mas podem ampliar significativamente as possibilidades de participação quando inseridas em contextos políticos minimamente abertos e socialmente inclusivos.

Em síntese, conclui-se que o futuro da democracia africana, nos casos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, depende em larga medida da capacidade de integrar o protagonismo juvenil nos processos políticos e de consolidar ambientes digitais mais acessíveis, seguros e plurais. Reconhecer, proteger e potenciar a participação política juvenil no espaço digital constitui um imperativo democrático e um passo decisivo para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e participativas no continente africano do século XXI.

Referências Bibliográficas

ARNAUT, D. (2022). **Juventude, tecnologia e cidadania em África**. Lisboa: Almedina.

BANCO MUNDIAL. (2023). **World Development Indicators: Youth Population and Unemployment in Sub-Saharan Africa**. Washington, DC: World Bank.

BRANCH, A.; MAMPILLY, Z. (2015). **Africa uprising: Popular protest and political change**. Londres: Zed Books.

CASTELLS, M. (2012). **Redes de indignação e esperança**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. (2005). **Reflections on youth**. Chicago: University of Chicago Press.

FUH, D. (2021). **Digital activism and youth politics in Africa**. *African Studies Review*, 64(1), 70–90.

HONWANA, A. (2012). **The time of youth: Work, social change and politics in Africa**. Sterling: Kumarian Press.

HONWANA, A. (2019). **Youth and the Reinvention of Everyday Life in Africa**. London: Routledge.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA. (2022). **Inquérito Nacional à Força de Trabalho**. Luanda: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE MOÇAMBIQUE. (2022). **Indicadores de Mercado de Trabalho**. Maputo: INE.

ISMAILI, K. (2020). **Transnational Digital Activism in Africa: Youth, Networks, and Political Change**. Oxford: Oxford University Press.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION. (2022). **Mobile Cellular Subscriptions and Penetration in Africa**. Geneva: ITU.

JUNGE, M. (2019). **Humour and Resistance in African Digital Activism**. Johannesburg: Wits University Press.

MBEMBE, A. (2016). **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. (2018). **Decolonising the Digital: Youth and Power in Africa**. London: Routledge.

PNUD. (2021). **Human Development Report: Youth Employment in Guinea-Bissau**. New York: United Nations Development Programme.

TOURAINÉ, A. (2006). **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje.** Lisboa: Instituto Piaget.

UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES. (2023). **Measuring digital development.**